



A LINGUAGEM, O LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A OBRA O EMÍLIO DE JEAN JACQUES ROUSSEAU

Priscila da Rosa Lescano Dias ¹
Jeane Morlas Silva ²

RESUMO

Este trabalho trata-se de um ensaio produzido para avaliação final da disciplina de Educação e Paradigmas do Conhecimento I do curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul da Grande Dourados-UFGD, foi realizado a pedido do professor da disciplina Dr^o Reinaldo dos Santos, e tem como objetivo relacionar o tema linguagem e letramento na educação infantil com os pensamentos do teórico Jean Jacques Rousseau, (filósofo do iluminismo e um precursor do romantismo) no livro O Emílio ou Da Educação publicado em 1762. Será utilizado como aporte teórico autores que tratam da questão das linguagens e educação infantil e questões referentes ao letramento na pré-escola, dentre outros. O texto é dividido em cinco sessões assim organizadas: primeira sessão a Introdução, segunda sessão a Visão do Tema, onde será discutido a importância do tema: Linguagem e Letramento na educação infantil; terceira sessão o Referencial Teórico no qual as discussões são apoiadas, bem como, quarta sessão o Objeto de Estudo onde são abordados os pensamentos de Rousseau sobre a educação infantil e a relação que esses pensamentos têm com autores trazidos para dialogar com o tema, e por fim, quinta sessão as Considerações Finais. Espera-se enfatizar a importância da linguagem e do letramento na educação infantil, bem como, fomentar discussões sobre os pensamentos de Rousseau em seu livro O Emílio sobre essa etapa de ensino e as ideias apresentadas por ele sobre a educação das crianças de zero a cinco anos de idade.

Palavras-chave: Educação Infantil. Linguagem. Letramento.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica tem como características principais a busca pelo desenvolvimento integral da criança, bem como, a garantia de seus direitos, tais como acesso à educação de qualidade e seu desenvolvimento integral como está descrito no capítulo IV do ECA³ – Estatuto da Criança e do Adolescente: “Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa [...]”

Esses direitos ao mesmo modo são garantidos e assegurados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 9.394/96 de 20 de dezembro de 2006 (LDB) que traz em seu escopo

¹ Mestre pela Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD, priscilalescano@hotmail.com

² Professora da Educação Básica, je.morlas@gmail.com.

³ Lei n^o 8.069, de 13 de julho de 1990.

no artigo Art. 29 que: "A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco)⁴ anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade".

Sendo assim, este texto aborda o tema letramento na educação infantil e as ideias de Jean Jacques Rousseau no livro O Emílio ou Da Educação sobre o assunto⁵. O objetivo é relacionar os pensamentos do autor supracitado com as ideias atuais sobre o tema em questão.

Não obstante apesar de ser a primeira etapa da educação básica o objetivo da educação infantil não é a escolarização, mas o desenvolvimento integral da criança abrangendo os aspectos cognitivos, físicos, sociais, emocionais e psicológicos, com isso, conforme Batista (2010) muitos profissionais que atuam nessa etapa de ensino têm sofrido com a ansiedade e preocupação em proporcionar práticas e vivências que possam atender essas necessidades, é pois, desse modo uma etapa muito importante para o desenvolvimento da criança e que necessita maior atenção.

Ao lado disso Rousseau trata desta fase do desenvolvimento infantil no início do livro Emílio ou Da Educação. O livro embora tenha sido por um tempo proibido em Paris hoje é considerado como primeiro tratado sobre filosofia da educação no mundo ocidental. Nele o pensador relata como deveria ser a educação e a relação entre um jovem (Emílio) com seu tutor, para Rousseau seria fundamental educar a criança de acordo com a natureza, garantindo assim, sua bondade natural (segundo o autor é a sociedade que corrompe o homem).

Do mesmo modo observa-se que o autor procurou abordar orientações desde o nascimento de seu pupilo até sua a fase adulta e com isso, tratou de conceitos que são até hoje valorizados no trabalho com crianças de 0 a 5 anos, e mesmo naquela época buscou associar o "educar e cuidar" na educação de Emílio.

Com efeito a indissociabilidade entre o "educar e o Cuidar" na educação infantil é ressaltada no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil- RCNEI.

Nas últimas décadas, os debates em nível nacional e internacional apontam para a necessidade de que as instituições de educação infantil incorporem de maneira integrada as funções de educar e cuidar, não mais diferenciando nem hierarquizando os profissionais e instituições

⁴Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013.

⁵O livro O Emílio ou Da Educação utilizado para este ensaio é de tradução de Sergio Milliet lançado em 1995.



que atuam com as crianças pequenas e/ou aqueles que trabalham com as maiores (BRASIL, 1998 p. 23).

Nesse sentido para discutir as questões referentes à linguagem e o letramento na educação infantil e os pensamentos de Rousseau sobre o assunto, organizou-se este ensaio em cinco sessões que foram assim divididas: Introdução, Visão do Tema (onde é discutido a importância do tema linguagem e letramento na educação infantil), o Referencial Teórico no qual as discussões são apoiadas, bem como, o Objeto de Estudo (onde são abordados os pensamentos de Rousseau sobre a educação infantil) e por fim, as Considerações Finais.

VISÃO DO TEMA

A educação infantil tem uma identidade própria, pois atende sujeitos com características peculiares que precisam ser respeitados em todas as suas especificidades. Baptista (2010, p.1) afirma que muitos profissionais “deparam-se com a ausência de referenciais teóricos e práticos que a ajudem a compreender melhor a relação entre a criança de zero a seis anos de idade, a prática pedagógica e o processo de apropriação da língua escrita”.

Diante disso em 2009 o Ministério da Educação –MEC por meio da resolução N° 5/2009 instituiu as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil –DCNEIs⁶ com intuito de valorizar o trabalho com crianças de 0 a 5 anos e orientar a prática pedagógica no que diz respeito a concepção de criança e de educação infantil, o que colaborou para nortear o trabalho nas instituições de educação infantil, possibilitou maior valorização, como também, visibilidade desta etapa da educação básica no cenário nacional.

Dessa forma, as DCNEIS trouxeram muitas mudanças na visão que se tinha anteriormente da educação infantil, apresentou a criança como sujeito de direitos priorizando a qualidade no atendimento com intuito de possibilitar seu desenvolvimento integral, estabeleceu critérios para os profissionais e para o ambiente que oferta esse tipo de atendimento, bem como, definiu os objetivos dessa etapa de ensino no país, abordando os atos de cuidar e educar como indissociáveis.

Sendo assim, o trabalho pedagógico deve ser abordado de forma a ampliar os conhecimentos das crianças de 0 a 5 anos, incentivando-as a agirem com independência

⁶Resolução n° 5, de 17 de dezembro de 2009

e autonomia, sempre relacionando a teoria com a prática, de maneira a garantir seu o desenvolvimento integral. Essa também deve ser a forma com que as questões referentes a leitura e a escrita devem ser abordadas com essa faixa etária a fim de que a criança possa perceber a aplicabilidade tanto da leitura quanto da escrita e assim associe-as às suas vivências.

REFERENCIAL TEÓRICO

As *DCNEIs* valorizam o trabalho com a educação infantil e orienta a prática pedagógica no que diz respeito a valorização da criança como um indivíduo social, dotado de experiências anteriores a escola que tem necessidades próprias e aprendem o que vivenciam.

Diante disso, não tem como falar de educação infantil e deixar de lado as linguagens, estas, estão presentes no cotidiano infantil e fazem parte de seu universo, com isso é importante que elas sejam valorizadas e explorados em prol do desenvolvimento integral da criança.

... procure as crianças nas múltiplas e diferentes linguagens nas quais elas se produzem –e por elas são produzidas –e encontrará o que de mais significativo existe na vida de cada uma delas, em diferentes momentos da vida escolar, em seus processos e produções diversas – falas, gestualidade, brincadeiras, jogos, pintura, desenho, modelagem, escultura, recorte e colagem, música, literatura, culinária, classificações, seriações, quantificações, leitura e escrita, preferências, dificuldades, medos, organização, relacionamento com crianças e adultos, questionamentos, curiosidades, resolução de conflitos, relação com a natureza e espaço físico, e assim por diante (JUNQUEIRA FILHO, 2011b, p. 6)

Sendo assim, para discutir as questões sobre as linguagens e educação infantil buscou-se dialogar com os autores: Junqueira Filho (2006, 2011), Goulart e Mello (2005), Baptista (2010) e Moraes (2016), e para debater as questões referentes ao letramento na pré-escola, foram consultados os seguintes autores: Soares (2004) e Silva; Espinosa (2015),

É importante pois ressaltar que o termo linguagens surge antes mesmo das diretrizes de 2009, é a partir do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil



de 1998 que o termo linguagem foi abordado no plural, referindo-se às linguagens (verbais e não-verbais).

É possível afirmar que o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RECNEI) (1998) é no Brasil, a publicação na área de educação Infantil que apresentou e provocou a ressignificação em massa do termo linguagem, articulado até então, geralmente no singular, referindo-se restritivamente à oralidade e à escrita: entretanto, a partir desse documento, o termo aparece no plural, linguagens, arrolando também as linguagens não verbais: movimento, desenho, pintura, modelagem, colagem, música, dança, brincadeira, escultura, construção, fotografia, ilustração, cinema. (JUNQUEIA FILHO 2011,p. 3)

Do mesmo modo o autor se refere ao fato de que na maioria das vezes a linguagem é percebida no singular, se referindo apenas à linguagem verbal ou escrita, mas deve ser vista no plural abrangendo todas as esferas. É uma relação dialógica entre o eu e o outro e as várias formas que possibilita essa relação.

A escola por muitos anos enfatizou apenas a linguagem oral e escrita como sendo únicas formas de comunicação, e valorizou o modo com que essas linguagens eram trabalhadas dentro das instituições.

No entanto as crianças desde muito cedo se relacionam com o meio em que vivem, utilizando-se das mais variadas formas de linguagem e, se desenvolvem a partir dessa relação, sendo assim, na escola essa interação deve ser mantida e incentivada e para isso, é preciso continuar a utilizar das mais diversas ferramentas disponíveis para estimular essa ação, dessa forma, possibilitar que a criança se desenvolva, respeitando as fases do desenvolvimento infantil, esta relação, não deve se manter restrita apenas à escrita e a oralidade, mas deve manter-se aberta para outras formas de linguagens e de expressões.

Contudo, não valorizar as fases de desenvolvimento da criança é atentar contra o direito que ela tem de ser respeitada em suas especificidades. A função da educação infantil é trazer essa diversidade para suas práticas e orientar a criança a utilizar e priorizar os diversos modos de linguagens. Explorar essas múltiplas linguagens (verbais e não verbais) permite à criança um domínio maior e mais criativo do ambiente em que vive, ampliando seu repertório de possibilidades (SARAT; TROQUEZ ; SILVA, 2018, p.199).

Da mesma forma Rousseau também trata da linguagem quando afirma que “as cabeças formam-se sobre as linguagens” (p.100). Para ele a criança precisa ser criança

pois, “defeitos do corpo e do espírito vêm quase todos da mesma causa: querem fazê-la adulta antes do tempo” (ROUSSEAU, 1995, p.123).

Sendo assim, o autor enfatiza que a criança precisa desenvolver autonomia, mas principalmente, que deve ser respeitada dentro de sua faixa etária como um ser dotado de características próprias, capaz de interagir com o mundo a sua volta utilizando das mais diversas formas de linguagem “A humanidade tem seu lugar na ordem das coisas. A infância tem o seu na ordem da vida humana; é preciso considerar o homem no homem e a criança na criança (ROUSSEAU, 1995, p.61,62).

Diante disso pode-se afirmar que a função da educação infantil, é propiciar a diversidade de oportunidade e ludicidade nas suas práticas, dentro das possibilidades da criança, respeitando seus limites, assim como orientar a criança a utilizar e valorizar os diversos modos de linguagens e letramento, oportunidade essa que muitas delas podem não ter no ambiente familiar. Como afirma também (SILVA; TEIXEIRA, 2018, p. 199) “Explorar essas múltiplas linguagens (verbais e não verbais) permite à criança um domínio maior e mais criativo do ambiente em que vive, ampliando seu repertório de possibilidades”.

OBJETO DO ESTUDO

Rousseau trouxe em seu livro O Emílio alguns conceitos que vem ao encontro das propostas atuais para a educação infantil. Podemos, pois, ressaltar alguns deles:

- É preciso trabalhar com questões práticas ao introduzir novos conceitos com as crianças pequenas.

Assim é que ela aprende a sentir o calor, o frio, a dureza, a moleza, o peso, a leveza dos corpos, a julgar de seu tamanho, de sua forma e de todas as suas qualidades sensíveis, a olhando, apalpando, ouvindo e principalmente comparando a vista ao tato, estimando pelo olhar a sensação que provocariam em seus dedos (p. 45)

- A criança precisa desenvolver autonomia ao realizar suas ações, bem como, é necessário permitir que perceba seu erro e não apenas apontá-lo para correção:

“Apesar disso será preciso, sem dúvida, guiá-la um pouco, mas muito pouco e sem que o pareça. Se se enganar, deixai-a fazer, não corrija seus erros, esperai em silêncio que ela esteja em condições de vê-los e de corrigi-los ela própria. Quando muito, numa ocasião favorável, numa ocasião favorável, imaginai alguma operação que a faça senti-los. (180)”.

- É importante responder somente o necessário para sanar as dúvidas momentâneas da criança “respondei na medida necessária para satisfazer sua curiosidade” (p.181).
- O ensino deve se realizar por meio de exemplo e não apenas por palavras “Jovens mestres pensai, peço-vos, neste exemplo e lembrai-vos de que em tudo, vossas ações devem ser mais em ações do que em sermões, porquanto as crianças esquecem mais facilmente o que se lhes diz, ou o que dizem, do que o que fazem ou o que lhe fazem”. (p.88)
- A ludicidade é muito importante para a aprendizagem que permite tanto o desenvolvimento cognitivo quanto físico da criança. Não será nada pular, correr, brincar o dia inteiro? (p.97)”, assim como, “[...] ensinai-a como quiserdes, desde que não passe de um divertimento” (p.154).

Todos esses conceitos Rousseau traz ao abordar o processo de aprendizagem de seu pupilo (Emílio), conceito esses que são valorizados, incentivados e até mesmo exigidos pelos documentos que orientam o trabalho com a educação infantil atualmente, assim como reiterados pelos autores aqui elencados.

Contudo ao abordar as questões referentes ao letramento nesta fase, o autor explicita que:

[...] Emílio recebe às vezes, de seu pai, de sua mãe, de seus parentes, de seus amigos, bilhetes convidando para um jantar, um passeio, um convescote, uma festa pública. Esses bilhetes são curtos, claros, bem escritos. É preciso encontrar sempre à mão ou devolve a criança a mesma má vontade que dela recebeu na véspera. Assim se perde a oportunidade. Lêem-lhe finalmente o bilhete, mas já é tarde. Ah, se ela soubesse ler sozinha! Outros bilhetes acontecem: são tão curtos, o assunto é tão interessante! Ela gostaria de decifrá-los; e ora encontra auxílio, ora recusa. Esforça-se, decifra finalmente metade de um bilhete; trata-se de ir amanhã comer um bolo... não sabe onde nem com quem. Que esforços faz para ler o resto! Não creio que Emílio preciso de escrivantina. Falarei agora da caligrafia? Não, tenho vergonha de tratar dessas tolices num tratado da educação. (p110)

Para ele não é importante que a criança até 12 anos se mantenha em contato apenas com livros para aprender a ler, escrever ou até mesmo para adquirir outros conhecimentos, mas como referenciado nesta sessão a criança precisa aprender na prática, de preferência de forma lúdica, com exemplos práticos para o desenvolvimento de sua autonomia e dessa



forma, ele evidencia que a leitura e escrita precisa se desenvolver naturalmente e mediante da vontade da criança, ela precisa entender a utilidade do sistema de escrita, compreender sua necessidade, adquirir e desenvolver competências para decifrar os códigos e então utilizá-los em seu cotidiano.

Sendo assim, aprendizagem deve ser significativa e apresentar aplicabilidade prática para a criança principalmente no que se refere ao ensino da leitura e escrita, e isso é letramento.

Mas é preciso, ao menos, dirão, que saiba ler. Concordo: é preciso que saiba ler quando a leitura lhe for útil; até então ela só servirá para aborrecê-lo.

Se nada se deve exigir da criança pela obediência, deduz-se que não pode aprender nada cuja vantagem imediata não sinta, ou de prazer ou de utilidade; de outro modo, que motivo levaria a aprender. (ROUSSEAU, 1995, p110).

Diante do exposto pode-se afirmar que o letramento é, portanto, vivenciado pela criança desde a primeira infância e deve ser explorado desde a educação infantil.

Sendo assim, as crianças da educação infantil apesar da pouca idade estão constantemente vivenciando situações de letramento e linguagens nos mais variados lugares: em casa, na escola, nos estabelecimentos comerciais, nos espaços religiosos que frequentam com seus pais, dentre outros. Isso precisa ser levado em consideração e valorizado ao pensar práticas para elas, nunca pensando na escolarização, mas no seu desenvolvimento. Kleiman (2005, p. 42) afirma que “Já o letramento tem como contraparte a oralidade e ambos - letramento e oralidade - referem-se aos usos da linguagem”, para a autora as práticas sociais de linguagem são híbridas e podem ser utilizadas de diferentes maneiras e de forma complementar.

Contudo, isso significa que é fundamental incluir nas práticas de instituições de educação infantil diferentes tipos de textos, principalmente aqueles que a criança tem contato frequente e inclusive os de circulação cotidiana da família, dessa forma, relaciona-se o ensino com a vida social e familiar das crianças, pois as práticas nesta fase de desenvolvimento precisam valorizá-la de forma integral e manter relação com suas experiências.

Para tanto, neste texto considera-se o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas,(SOARES,



2004,p.22) e ainda nas palavras de Soares (2004, p.97) letramento é: “comportamentos e práticas de uso do sistema de escrita, em situações sociais em que a leitura e/ou a escrita estejam envolvidas” e “estado ou condição de quem não sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita” (2016, p.47).

Com efeito, é importante esclarecer que o contato com a diversidade proporciona a possibilidade da compreensão do que é a escrita, o que ela representa e qual sua função, e que a instituição de educação infantil é mais um, e não o único, ambiente em que essa cultura escrita é encontrada. Sendo assim, para que uma criança aprenda a ler e escrever ela precisa entender esse processo e ela só consegue perceber através do contato com práticas de letramento.

Kleiman (2005) afirma que é necessário que ações de reconhecimento e descoberta de tradições e representações de escrita da criança e de sua família sejam mobilizadas no dia a dia da prática pedagógica, isto quer dizer que o professor precisa conhecer que tipo de práticas as crianças têm vivenciados no ambiente doméstico.

Para Rojo o letramento:

[...] busca recobrir os usos e práticas sociais de linguagem que envolvem a escrita de uma ou outra maneira, sejam eles valorizados ou não valorizados, locais ou globais, recobrando contextos sociais diversos (família, igreja, trabalho, mídias, escola etc.), numa perspectiva sociológica, antropológica e sociocultural (2009, p. 98).

Portanto, é possível afirmar que as experiências que a criança traz consigo e desenvolve em seu cotidiano são fundamentais para o seu desenvolvimento, bem como, aquisição da noção de leitura e escrita, e que qualquer prática desvinculada com ela não é atrativa e nem significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto pode-se afirmar que por mais que o livro O Emílio ou Da Educação de Rousseau não tenha sido elaborado com intuito de abordar especificamente as questões da educação infantil, existem nele muitos conceitos atuais e que são valorizados e incentivados na prática desta fase da educação básica nos dias atuais.

Dessa forma, a etapa da educação infantil é muito importante para o desenvolvimento tanto físico, quanto cognitivo da criança e precisa ser prazerosa, sendo



assim, por ser fundamental na formação do sujeito precisa se dar de forma tranquila e equilibrada. As práticas relacionadas com as diferentes linguagens devem ser incentivadas e o trabalho com a linguagem escrita, precisa se apresentar de forma atrativa, pois, desde seu nascimento a criança já faz parte e convive em um ambiente de letras.

Deste modo a criança tem o direito de aprender e tem também o direito de que essa aprendizagem seja significativa. Estabelecer uma relação harmoniosa entre o que se aprende e o que vivencia é fundamental para que se estabeleça uma ótima relação no processo de ensino-aprendizagem e para isso é indispensável que estejam disponíveis as mais diversas ferramentas, garantindo assim o seu desenvolvimento integral.

Assim sendo, após as leituras realizadas pode-se afirmar que todos os autores aqui abordados (inclusive Rousseau) concordam que a capacidade de compreensão do papel da leitura e da escrita, auxilia no processo de integração social da criança e isso não vem automaticamente é adquirido e incentivado, e mesmo antes de dominar os códigos da língua escrita a criança já está imersa em um ambiente letrado, seja ele, nas suas vivências sociais ou familiares o que por sua vez possibilita uma experiência significativa nesse processo e isso precisa ser valorizado na prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 194p.

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. **ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente**. FELICIDADE, N. (Org.).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. — Brasília : MEC, SEB, 2010.

BAPTISTA, Mônica Correia. **A linguagem escrita e o direito à educação na primeira infância**. Brasília. Ministério da Educação, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio**, ou Da Educação; tradução de Sérgio Milliet. 3.ed.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 592p.



ESPINOSA, Daniela Cardoso; SILVA, Thaise da. **Alfabetização e letramento na Educação Infantil: analisando práticas na pré-escola.** *Horizontes - Revista de Educação*, [S.l.], v. 3, n. 5, p. 9-18, fev. 2016. ISSN 2318-1540. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/3979>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

JUNQUEIRA FILHO, Gabriel de Andrade. **Linguagens geradoras: seleção e articulação de conteúdos em educação infantil.** 5 ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

MORAIS, Artur Gomes de; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de and BRANDAO, Ana Carolina Perrusi Alves. Refletindo sobre a língua escrita e sobre sua notação no final da educação infantil. *Rev. Brasileira Estudos Pedagógicos-RBEP.* 2016, vol.97, n.247, pp.519-533.

KLEIMAN, Angela B. (2005). **Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?** Cefiel/Unicamp & MEC.

GOULART, A. L. e MELLO, S. A. (org.). **Linguagens infantis: outras formas de leitura.** Campinas: Autores Associados, 2005.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.128p.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SARAT, Magda; TROQUEZ, Marta Coelho; SILVA, Thaise da (org.). **Formação Docente para a educação Infantil Experiências em Curso.** Dourados, MS: Editora UFGD, 2018.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, 128p.

Soares, M. (2016). **Alfabetização: A questão dos métodos.** São Paulo: Contexto, 377p